



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

MOÇÃO

APOSENTADOS OU NO ATIVO, SOMOS TODOS PROFESSORES, DEFENDEMOS A “NOSSA” CARREIRA!

Logo após o 25 de Abril de 1974, a geração a que nós, docentes aposentados, pertencemos, lançou-se com entusiasmo e competência no processo de construção de Uma Escola Pública de Qualidade, de que a dignificação da profissão docente é indissociável. Esta ação em defesa da dignificação da profissão docente conduziu, após um longo e persistente processo de lutas, à conquista da equiparação salarial com as carreiras técnica e técnica superior da administração pública, da nova estrutura da carreira especial dos docentes em 1989 e do Estatuto da Carreira Docente, em 1990, revisto e melhorado em 1998, um Estatuto que confere à profissão docente a dignidade que lhe é devida.

Contudo, este reconhecimento profissional tem vindo a sofrer ataques, umas vezes fundados em conceções de Escola opostas às que estiveram na base da Escola que construímos após o 25 de Abril, outras vezes em crises financeiras, de que os trabalhadores não são responsáveis, mas tiveram de pagar, em qualquer dos casos sujeitas á cartilha neoliberal que reforça os regimes capitalistas enquanto tal e corrói as democracias em todo o mundo.

Neste ataque à Escola Pública, há dois momentos que tiveram particular relevância, coincidindo no ataque desferido contra os seus docentes: o consulado de Maria Lurdes Rodrigues e o de Nuno Crato. Em ambos os casos o Estatuto de Carreira Docente dos Professores e Educadores do Ensino Não Superior foi atacado e vilipendiado, nomeadamente com a decisão de não contar para a progressão da carreira períodos de tempo que, no conjunto, apagam, pelo menos, 9 anos, 4 meses e 2 dias – tempo cuja contagem para todos os efeitos tem vindo a ser reivindicado pelo movimento sindical dos professores.

A não aplicação integral do ECD em vigor e a situação de precariedade longamente vivida criaram situações absurdas e indignas: temos hoje professores com mais de 20 anos de serviço na base da carreira; temos uma carreira que, de facto, exige a muitos docentes, mais de 44 anos de serviço para atingir o topo e, em muitos casos, torna essa uma impossibilidade; temos um Estatuto desrespeitado e alvo das mais atrozes ilegalidades, designadamente quanto ao agravamento das condições de exercício da profissão e dos horários de trabalho.

A luta pela preservação do ECD torna-se, por isso, ainda mais imperiosa face às previsíveis intenções de futuros governos de o alterar de forma negativa, subvertendo a carreira e retirando-lhe o seu carácter específico, situação que será mais do que uma eventualidade caso algum partido venha a obter maioria absoluta em próximas eleições legislativas.

Também as condições de trabalho, nas nossas escolas públicas, comprometem o sucesso dos alunos e tornam a profissão docente uma tarefa particularmente desgastante (Refira-se, a propósito, o Estudo da FENPROF em parceria com a FCSH-UNL sobre o desgaste da profissão docente recentemente publicado) e, muitas vezes, frustrante. A sobrecarga dos horários dos docentes, as situações de precariedade, a falta de trabalhadores não docentes constituem razões fundadas da luta dos professores e educadores.

As expectativas de que com o atual governo do Partido Socialista apoiado na esquerda parlamentar se reverteriam estas injustiças, seria reposta a legalidade decorrente da aplicação justa do ECD, se apostaria decididamente na Escola Pública e nos seus docentes, se dignificaria a profissão docente, estão ainda longe de ser garantidas.

Os professores aposentados são cidadãos empenhados num futuro cuja qualidade depende em grande medida da qualidade da Escola Pública, qualidade que exige a dignificação e o respeito dos professores e educadores que nela trabalham.

Assim, os professores presentes no Encontro Nacional de Docentes Aposentados, em Lisboa, no dia 26 de novembro de 2018, solidarizam-se com as lutas desenvolvidas pelos seus colegas no ativo, e disponibilizam-se para participar nas que for necessário realizar, nomeadamente pela exigência da contagem de todo o tempo de serviço, por horários que permitam um exercício pleno da sua profissão e o respeito pela sua vida pessoal e familiar e por condições de trabalho que criem as condições necessárias ao sucesso dos alunos e à realização profissional dos docentes.

Lisboa, 26 de novembro de 2018

O Encontro Nacional dos Docentes Aposentados